



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 04/2022

Data da Sessão Ordinária

30 de setembro de 2022

Início

20:30 horas

Termo

23:04 horas

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo, cento e quarenta e dois, de quinze de setembro de dois mil e vinte e dois.-----

Nesta sessão estiveram os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Carla Alexandra Pereira Silvério, Carmen Dolores Gomes da Silva, Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Maria do Rosário Costa Martins, Luís Manuel Marques Rodrigues, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia; José Manuel Ricardo e Paulo Gameiro Sena Freitas.-----

Faltaram a esta Sessão a Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, o Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias e Ana Luís Cartaxo Manique, Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, tendo os mesmos apresentado justificação.-----

Foram substituídos pela mesma ordem, os seguintes elementos: Catarina Isabel Pires Gaspar, Célia Maria Rodrigues Abreu e Débora Raquel Machado Milagaia.-----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio e pelo Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira. O Senhor Vereador Alexandre Emanuel Ramos Marques não esteve presente, tendo apresentado justificação.-----

Também estiveram presentes para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos, o Senhor Mikael Dias, Técnico Superior e o Senhor Daniel Oliveira, Técnico de Informática, no apoio logístico à Assembleia Municipal, funcionários da Autarquia.-----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério, Segunda Secretária - Maria Teresa Braz de Matos Gaspar.-----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre o dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois e trinta de setembro de dois mil e vinte e dois.-----
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ata número dois, da sessão ordinária de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, para análise e aprovação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não participaram na votação as Senhoras Catarina Isabel Pires Gaspar, Célia Maria Rodrigues Abreu e Débora Raquel Machado Milagosa.-----
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as diferentes Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção.-----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que tinha consultado a composição da Assembleia Municipal de Constança e, o Senhor António João Samarra ainda constava como Deputado Municipal, solicitando que fosse feita a devida alteração.-----
Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, referindo que a Bancada do Partido Socialista tinha um Voto de Saudação para apresentar, alusivo ao dia Internacional do Idoso.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou que fosse feita a leitura do Voto de Saudação para possível aceitação, discussão e votação.-----
Feita a sua leitura, foi colocado a votação, para aceitação e discussão, sendo mesmo aceite por unanimidade.-----
Não havendo intervenções sobre este assunto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Saudação a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade (Anexo I)-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o seguinte: o país e o mundo estavam a atravessar um momento muito complicado com o aumento dos custos da energia. Relativamente ao Município de Constança, que medidas estavam previstas adotar para minimizar a situação?-----

Pedi a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para reforçar/complementar a intervenção da Senhora Deputada Isabel Maria Farinha Albino dada Costa, questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se pensava fazer alguma ação de sensibilização ao público em geral, no sentido de reduzir o consumo de água e energia?-----
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da

Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que nos últimos anos, em parceria com a EDP E-Redes, tinham levado a efeito, principalmente na iluminação pública, e até em alguns edifícios municipais, a substituição de todas as luminárias por tecnologia LED (Lâmpadas de baixo consumo energético), com reflexos bem visíveis nos últimos consumos registados. Paralelamente a esta medida, estavam a estudar a possibilidade de reduzirem alguns pontos de luz ou, alterarem os horários, dando como exemplo o Açude de Santa Margarida.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1. Período reservado à intervenção do público;-----
2. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta PARU: Requalificação do espaço público envolvente à antiga escola primária de Constância – Fase 1 + Fase 2 – Proposta de adjudicação de empréstimo MLP - Para deliberação;-----
3. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de política fiscal para 2023 – IMI, Derrama, IRS e TMDP – Para deliberação;-----
4. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de alteração ao mapa de pessoal de 2022 (2ª alteração) – Para deliberação;-----
5. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de fornecimento e distribuição de refeições escolares em regime de confeção local (Lote 1) para os anos letivos 2022/2023 e 2023/2024 – Autorização prévia e aprovação de compromissos plurianuais – Para deliberação;-----
6. Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de transferência de competências, de âmbito municipal, em matéria de Ação Social para as autarquias locais, ao abrigo do Decreto-Lei nº55/2020, de 15 de agosto, na sua versão atual – Para deliberação;-----
7. Fornecimento de eletricidade para os contratos de BTE – Autorização prévia e aprovação de compromissos plurianuais – Para deliberação;-----
8. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro – Para conhecimento;-----
9. Outros assuntos de interesse.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Edital e a Ordem de Trabalhos a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente na sala, se alguém pretendia fazer alguma intervenção.-----
Solicitaram a palavra os seguintes cidadãos:-----
Senhor Silvino Salgueiro – Montalvo – Estacionamento, podas de árvores e salubridade.-----
Senhor Rui Ferreira – Montalvo – Estacionamentos em Montalvo.-----
Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Silvino Salgueiro.-----
No uso da palavra, o Senhor Silvino Salgueiro começou por referir que na Rua 5 de Outubro e, na Rua Fernando Pessoa em Montalvo, ou não existiam passeios para pedões ou, por motivo de obras de acesso às garagens, os mesmos estavam interrompidos. Disse desconhecer de quem era a responsabilidade para tal situação, mas que era urgente resolver.-----
Uma outra situação, prendia-se com a falta de civismo de alguns moradores naquela zona, ao não separarem os resíduos, nomeadamente, a colocação de garrações em plástico no contentor do lixo. Também não poderia deixar de lamentar a quantidade de excrementos de cães nos lotes por construir.-----
Uma outra questão, prendia-se com a poda das árvores situadas nas avenidas e ruas da Freguesia de Montalvo e de todo o concelho em geral; sendo Engenheiro Florestal, embora pouco percebesse de árvores ornamentais, o que tinha aprendido era que as árvores ornamentais só eram podadas quando apresentavam algum ramo doente ou seco, ou então, quando a sua copa causava algum transtorno. O que verificava no concelho e no país, era o desperdício de milhares de euros gastos em podas desnecessárias. As podas eram necessárias para árvores que frutificavam, nunca para ornamentais. Deu como exemplo a Ladeira de Santo António, junta às irmãs Clarissas em Montalvo, que todos os anos eram mutiladas. Também na zona ribeirinha de Constância, sugeriu que fossem gradualmente substituídos os choupos existentes, por salgueiros, freixos ou chorões, não sendo nada agradável inspirar o pólen e a flor dos choupos em determinadas épocas do ano.-----
Por último, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal para quando estava prevista a abertura dos novos balneários no campo de futebol de Montalvo? Apelando para que o executivo acarinhasse mais o desporto, nomeadamente o futebol, e a Casa do Povo de Montalvo.-----
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Rui Ferreira para iniciar a sua intervenção.-----
No uso da palavra, o Senhor Rui Ferreira começou por referir que do mesmo modo que tinha vindo duas vezes a anteriores Assembleias Municipais, reclamar por um parque de

estacionamento que evitaria disputas e discussões entre vizinhos, junta à sua morada, desta vez vinha dizer que finalmente tinha sido atendido, no entanto, ainda faltava colocar o banco onde algumas pessoas da rua se sentavam, assim como, tapar um buraco deixado aquando da retirada de um poste.-----

Outro assunto que pretendia apresentar prendia-se com uma rotura de água na zona Industrial a correr para a estrada, e que pelas dezasseis horas daquele dia ainda permanecia.-----

Também lamentou o facto de se falar tanto em poupança energética e, o Posto Médico de Montalvo manter há meses as luzes acesas de dia e de noite.-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu as questões apresentadas, começando por responder ao Senhor Silvino Salgueiro sobre a questão dos constrangimentos nos passeios nas ruas referidas; tinha a ideia que seriam da responsabilidade do promotor dos empreendimentos, no entanto, faria chegar aquela questão aos serviços técnicos do município para se pronunciarem sobre o assunto e, posteriormente lhe faria chegar a resposta com mais precisão. Sobre as obras nas rampas para as garagens; alguns moradores tinham-lhe feito chegar as dificuldades que sentiam para entrar nas mesmas. A Câmara Municipal tinha assumido a execução do rebaixamento das rampas, mas, o problema dos passeios já existia do anterior. Relativamente às podas das árvores, faria chegar a observação à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo e aos técnicos do município responsáveis por aqueles serviços. Quanto aos balneários do Campo de Futebol de Montalvo, perspectivava que até ao final do mês de novembro pudessem entrar em funcionamento. Aproveitou para fazer uma pequena resenha histórica sobre o assunto, nomeadamente, das dificuldades surgidas até ao momento que dificultaram os trabalhos. Sobre o que faltava para entrarem em funcionamento; referiu que faltava a instalação de uma estação elevatória para a bombagem dos esgotos dos balneários para a rede pública de saneamento, e da ligação da água, sendo esta última, de mais fácil concretização. Sobre a salubridade no espaço público da Freguesia, referiu que era uma questão de bom senso. Os donos dos animais deveriam estar sensibilizados para o efeito. A Câmara Municipal estava a preparar um novo regulamento sobre o assunto, no entanto, tratava-se de uma questão educacional e de bom senso dos cidadãos.-----

Respondendo às questões do Senhor Rui Ferreira, começou por referir que a colocação do banco estaria para breve e o buraco do posto retirado, seria tapado. Quanto à rotura da

água da rede pública na zona industrial, o reporte que tinha era que já estava resolvido. Sobre as luzes do Posto Médico de Montalvo, faria chegar a observação à entidade competente (ARS/LVT) Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, uma vez que o Município ainda não tinha assumido as competências na área da saúde.-----

Não Havendo mais questões para responder, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

PONTO 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARU: REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO ENVOLVENTE À ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE CONSTÂNCIA – FASE 1 + FASE 2 – PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO DE EMPRÉSTIMO MLP – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do assunto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que no âmbito do quadro comunitário de apoio, em concreto para o PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana), tinha havido um sobranse “bolo” de cerca de noventa mil euros, tendo o município tido a oportunidade de reaproveitar essa verba para um projeto que já existia na Câmara Municipal para ampliação do Cemitério Municipal de Constância e arranjos do espaço exterior. Esta verba só poderia ser aplicada nos arranjos exteriores, uma vez que o alargamento do cemitério não era ilegal. O que se pretendia com este ponto da Ordem de Trabalhos, era autorização para desenvolver o processo burocrático para consulta às instituições bancárias para a concretização de um empréstimo na parte não participada da obra, em cerca de duzentos mil euros. Das instituições que tinham respondido à consulta, tinham sido validadas duas entidades; a Caixa Geral de Depósitos e o BPI. Tendo em conta as condições apresentadas por aquelas entidades, as melhores condições tinham sido da Caixa Geral de Depósitos, como demonstrava a informação distribuída. O que se pretendia da Assembleia Municipal, era autorização para a celebração do contrato com aquela entidade “Caixa Geral de Depósitos”.-----

Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada tinha ficado bastante apreensiva perante a hipótese do empréstimo em questão, atendendo ao que tinha vindo a ser divulgado pela comunicação social sobre os aumentos das taxas de juros e, as previsões futuras. As questões que apresentava eram as seguintes: seria possível separar o projeto em duas fases, realizando-se numa primeira fase o inadável, ou seja, as obras relativas ao alargamento do cemitério, protelando as obras dos arranjos exteriores? A segunda questão tinha a ver com o empréstimo de duzentos e quinze mil euros, quando o município apresentava um saldo positivo de cerca de novecentos mil.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à questão apresentada.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que não entendia a posição da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, uma vez que era recorrente naquela Bancada, criticarem o executivo por deixar as obras a metade em vez de optarem pela conclusão total. Lembrou que em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, o município tinha em empréstimos, um milhão e setecentos mil euros. Em trinta e um de agosto do ano corrente, os empréstimos do município eram de cerca de setecentos mil euros, uma redução de cerca de um milhão de euros em empréstimos bancários.-----

Quanto à questão de dividir a obra em duas fases; referiu que o município entendeu que não faria muito sentido fazerem a ampliação do cemitério não requalificando o espaço exterior. Relativamente aos cerca de novecentos mil euros apresentados no balancete e mencionados pela Senhora Deputada Municipal Carmen Silva, não se deveria esquecer dos compromissos assumidos pelo município, nomeadamente dos aumentos da despesa corrente, eletricidade, gás e outras despesas, assim como, o pagamento da empreitada do emissário de esgotos a rondar os cento e oitenta mil euros e a empreitada da requalificação da Avenida das Forças Armadas com cerca de quinhentos mil euros, com financiamento a oitenta e cinco por cento, no entanto, o município teria que adiantar o dinheiro, não sabendo quando seria ressarcido. Para terminar referiu que não seriam as verbas dos arranjos exteriores ao cemitério que iriam desestabilizar as contas do município.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária.-----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária apresentou uma declaração de voto (Anexo II).-----

PONTO 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE POLÍTICA FISCAL PARA 2023 – IMI, DERRAMA, IRS E TMDP – PARA DELIBERAÇÃO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por referir que este ponto teria várias votações, embora a apresentação e discussão fossem globais. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que relativamente à política fiscal para o próximo ano, a única alteração, dizia respeito aos valores propostos para a taxa de IMI, com uma proposta de redução dos (0,35) zero trinta e cinco por cento, para os (0,30) zero trinta por cento. Justificou esta medida pelo facto de no próximo ano terem de atualizar os tarifários da água e saneamento, e desta forma, poderem compensar as famílias num momento tão difícil como o atual. Referiu ainda, que

-----rendimentos-----
 isentos, e na água todos pagavam, penalizando em particular as pessoas com baixos da descida do IMI para compensar a subida da água! No IMI, muitos municípios estavam Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que não compreendia a lógica Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos

-----ver-----
 Estado com algumas alterações positivas para as empresas. Era prudente esperar para Democrática Unitária, no entanto, o Governo estava a preparar o novo Orçamento do Relativamente à Derrama, referiu que respeitava a posição da Bancada da CDU-Coligação

-----fundos comunitários nesta área-----
 Residuais) de Montalvo, ficando ainda o município, impedido de qualquer candidatura a euros da comparticipação para as obras da ETAR (Estação de Tratamento de Águas como exemplo do não cumprimento da legislação, uma devolução de cerca de oitenta mil inferior a noventa por cento, o que não acontecia no concelho neste momento. Salientou comunitários. A legislação atual, exige que o rácio receita despesa da água, teria que ser da água, de acordo com a atual legislação, para não ficar impedido de concorrer a fundos ficarem paralisados. Uma vez que o município teria obrigatoriamente que mexer no tarifário mundo é que tinham mudado, obrigando os municípios a novas estratégias para não executivo não tinha mudado de posição relativamente ao IMI, as condições do país e do Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o um volume de negócios igual ou inferior a quinhentos mil euros, deveriam ser isentas.-----
 mesmo que tinham defendido há um ano; as micro, pequenas e médias empresas, com Relativamente à Derrama, a Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária defendia o da CDU-Coligação Democrática Unitária, no entanto, não entendiam a mudança verificada. financeira não era a mais favorável, a redução de cinco décimas tinha o apoio da Bancada uma revisão em baixa pelo menos de duas décimas. Num momento em que a situação Coligação Democrática Unitária tinha defendido que, já na altura, existiam condições para (Imposto Municipal sobre Imóveis) a aplicar em dois mil e vinte e dois, a Bancada da CDU- de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, aquando da discussão da taxa de IMI Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que na Assembleia Municipal Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos

-----locais-----
 água, saneamentos e resíduos, ficando em incumprimento com a atual lei das finanças o risco de no futuro não poder concorrer aos novos quadros comunitários para efeitos de este aumento da água seria inevitável, uma vez que o município se o não fizesse, correria

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que a sua intervenção apenas pretendia corrigir uma intervenção do Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre o assunto do IMI; o IMI era um imposto aplicado a todos os munícipes de acordo com o seu património. O que acontecia depois, não dependia da boa ou má vontade de cada município, mas sim, do respeito pelo código do IMI. Eram consideradas discriminações positivas, todos os munícipes que, de acordo com o código, tinham direito a esses benefícios.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação individualizada deste ponto da ordem de trabalhos. -----

- Valor do **IMI** (Imposto Municipal sobre Imóveis) a aplicar em dois mil e vinte e três, com referência aos valores patrimoniais de dois mil e vinte e dois: 0,30% (zero vírgula trinta por cento) – Aprovado por unanimidade.-----

- Valor da taxa da **DERRAMA** (Imposto que incide sobre o lucro tributável das empresas) a aplicar em dois mil e vinte e três, com referência aos valores referentes a dois mil e vinte e dois: 1,5% (um vírgula cinco por cento) – Aprovado por maioria com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária.-----

- Valor da taxa de participação variável no **IRS** (Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) a aplicar aos rendimentos de dois mil e vinte e três, e a arrecadar em dois mil e vinte e quatro: 5,0% (Cinco por cento) – Aprovado por unanimidade.-----

- Valor da **TMDP** (Taxa Municipal dos Direitos de Passagem) a aplicar em dois mil e vinte e três: 0,25% (Zero vírgula, vinte e cinco por cento) – Aprovado por unanimidade.-----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou Declaração de Voto (**Anexo III**).-----

PONTO 4 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2022 (2ª alteração) – PARA DELIBERAÇÃO-

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dar uma explicação pormenorizada sobre este ponto, referindo o seguinte: Nos lugares de Assistente Técnico PASM (Parque ambiental de Santa Margarida), as funcionárias estavam com as categorias de Assistente Operacional, tendo sido requalificadas, considerando a mobilidade em Assistente Técnico. No lugar de Assistente Técnico no armazém, uma das funcionárias tinha a categoria de Assistente Operacional, tinha estado em mobilidade na qualidade de Assistente Técnico e tinha consolidado aquela categoria. Relativamente à criação de lugares a prover; era mencionada a criação de um Técnico

Superior de SIG (Sistemas de Informação Geográfica), uma vez que o Técnico Superior tinha saído através de mobilidade para o município de Porto de Mós, tinha consolidado a mobilidade naquele município e teriam de abrir um lugar para preencher a vaga existente. Relativamente ao Assistente Técnico para a Contabilidade, uma das Técnicas Superiores iria para a Câmara Municipal de Mação como Chefe de Divisão, sendo necessário proceder à sua substituição por um Assistente Técnico. Relativamente ao Assistente Técnico no Parque Desportivo, existia uma trabalhadora com a categoria de Assistente Operacional que tinha solicitado a sua requalificação como Assistente Técnico, reunindo as condições necessárias para fazer a alteração. Relativamente ao Assistente Técnico para a Biblioteca, os últimos anos tinham registado um conjunto de situações "falecimentos e saídas" que exigiam proceder às suas substituições, regularizando a situação e evitando a mão de obra precária. Estas eram as alterações propostas.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se alguém pretendia intervir! Não havendo intervenções, passou de imediato à votação, sendo este ponto aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária.-----

PONTO 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES EM REGIME DE CONFECÇÃO LOCAL (LOTE 1) PARA OS ANOS LETIVOS 2022/2023 E 2023/2024 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E APROVAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de um processo meramente administrativo, comportando mais do que um ano civil. Como o valor da contratação ultrapassava os noventa e nove mil euros, a competência para a autorização prévia era da Assembleia Municipal. O que se pretendia com esta autorização, era a contratação para o fornecimento das refeições para as escolas do concelho.-----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. Não havendo intervenções, passou de imediato à votação, sendo este ponto da Ordem de Trabalhos aprovado por unanimidade.-----

PONTO 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DE ÂMBITO MUNICIPAL, EM MATÉRIA DE AÇÃO SOCIAL PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS, AO ABRIGO DO DECRETO – LEI Nº55/2020, DE 15 DE AGOSTO, NA SUA VERSÃO ATUAL, PARA CONCRETIZAÇÃO

DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à apresentação deste ponto.-----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que o processo de transferência administrativa para as autarquias locais estava a chegar ao fim. Relativamente à Ação Social, tinha sido prolongada a sua não aceitação até ao final do ano corrente. A partir do dia um de janeiro de dois mil e vinte e três, todos os municípios estavam obrigados a receber esta competência. Como o município de Constância tinha um conjunto de serviços em comum com os municípios do Entroncamento e Vila Nova da Barquinha, com protocolos técnicos que asseguravam este serviço, tinha sido entendimento não só dos três, mas também da própria Segurança Social, que todos ganhariam em aceitar a transferência da competência da Ação Social antes do final do ano, uma vez que naquela altura todos os municípios a iriam aceitar, complicando o processo administrativo subjacente. Assim, esta era a principal razão para trazer neste momento o processo à Assembleia Municipal, para que os três municípios aceitassem a competência ao mesmo tempo.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que o documento em análise vinha acompanhado de um histórico. Esta mesma transferência de competências já tinha vindo a esta Assembleia Municipal para a sua não aceitação. Percebia o argumento para a antecipação do prazo, no entanto, o argumento que tinha sido apresentado no mês de março último para a não aceitação, era que, os serviços estavam a ser reorganizados. Hoje, na proposta apresentada, era referido que estavam reunidas as condições necessárias para o exercício das competências previstas no diploma. Assim, gostaria de saber o que é que tinha mudado para além do já referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, respeitante às vantagens da antecipação. Também pretendia saber, se já estava constituída a equipa e, se iria haver contratação de pessoal, nomeadamente, ao nível de ajudantes de ação direta ou Assistentes Sociais, uma vez que esta tarefa iria precisar de um apoio contínuo às pessoas e suas famílias, não ao nível do gabinete, mas no meio natural das suas vidas. Tratava-se de uma mudança que poderia resolver muitos problemas sociais. Era um desafio que iria exigir muitas mudanças em termos burocráticos, obrigando os técnicos a desempenharem outras tarefas, algumas delas muito exigentes. Deixou um apelo ao executivo, nomeadamente à pessoa que que ficasse responsável por aquela tarefa, para logo no início fazer um acompanhamento muito próximo e rigoroso, no sentido de não existirem desvios nem duplicação das ações. Também alertou para a

necessária formação, assim como, para o Regulamento Interno, que teria que ser publicado em Diário da República, sendo um documento fundamental para o bom funcionamento da equipa. Para terminar, questionou se o executivo já tinha uma previsão dos custos implicados nesta transferência e, se as parcerias com os municípios referidos eram para continuar, ou, se o município de Constância no futuro, estava a pensar desenvolver sozinho esta atividade?-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou permissão para passar a palavra à Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, detentora daquele pelouro e que acompanhava o processo mais de perto. No uso da palavra, a Senhora Vereadora Helena Maria Soares Roxo começou por referir que a intervenção da Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, tinham sido mais observações que propriamente questões. Quanto à contratação de técnicos, não iriam proceder a qualquer contratação. A técnica que se encontrava com a ação social, iria continuar após esta transferência e, ela própria iria também entrar no processo uma vez que só poderiam estar ligadas ao processo pessoas das áreas sociais. Como já tinha referido, ela própria e a Doutora Alexandra Rodrigues, não ficariam à frente do processo, mas como responsáveis do município. Como não iriam contratar ninguém, fariam um acordo de colaboração com o CERRE (Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento) e por indicação deste organismo, iria ficar a mesma técnica que já fazia o acompanhamento no Conselho de Constância. O protocolo com a segurança social englobava os três concelhos, bastava que um não pretendesse entrar já, o protocolo ficaria sem efeito, ou seja, a equipa que se encontrava atualmente a trabalhar no terreno deixaria de funcionar. Desta forma haveria toda a conveniência que entrassem os três concelhos ao mesmo tempo. Como era do conhecimento geral, as transferências eram no âmbito do SAS (Serviço de Ação Social) e, do RSI (Rendimento Social de Inserção), funcionando nos moldes atuais, um dia para o SAS, outro dia para o RSI. A técnica da Câmara Municipal ficaria como coordenadora e, se em algum momento fosse necessário, entraria ela própria (Vereadora) como coordenadora.-----

Relativamente às formações, já estavam previstas e marcadas.-----
Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que mesmo depois da explicação, ainda tinha ficado com algumas dúvidas. Se o município só tinha uma técnica de ação social, era levada a entender que ao nível do SAS, as técnicas que já lá estavam seriam as ajudantes familiares, no entanto, em termos de RSI, pretendia saber se seria outra equipa? Quando a Senhora Vereadora tinha referido que ficava a mesma equipa que estava, referia-se a quem? Tinha ficado confusa quando a Senhora Vereadora tinha referido que ela própria e

a Doutora Alexandra Rodrigues asseguravam os serviços. O Concelho de Constância era pequeno em termos de população, no entanto e mesmo assim, seria um trabalho muito duro, pelo menos na fase inicial do processo, atendendo a que era um trabalho mais de técnico do que de Vereador.-----

Em resposta, a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, referiu que efetivamente o concelho de Constância era um concelho pequeno, não existindo tantos casos identificados que exigissem para já, uma maior preocupação. Referiu que ao nível do RSI, existiam no concelho trinta e cinco casos, não sendo muitos, eram bastante mais que o desejável. Quanto ao facto de ela própria ser coordenadora, identificava-se perfeitamente com o cargo, até porque era a sua área profissional e académica, Socióloga. Enquanto técnica já tinha trabalhado em RSI, portanto, não teria certamente grandes problemas em participar ativamente no processo.-----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com quatro abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, Joaquim José Moura Marques dos Santos, Carmen Dolores Gomes da Silva, Maria do Rosário Costa Martins e Ângela Sofia Alves Grilo.-----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentou Declaração de Voto (Anexo IV).-----

PONTO 7 – FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE PARA OS CONTRATOS DE BTE – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA E APROVAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – PARA DELIBERAÇÃO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava de um procedimento semelhante ao das refeições escolares. Como o seu valor era superior aos noventa e nove mil euros, a competência para a autorização prévia da contratação pública era da Assembleia Municipal.-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

PONTO 8 – APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA CONHECIMENTO-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção.-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da

CDU-Colligação Democrática Unitária, referindo que no memorando das atividades/reunões, a informação deveria ser mais pormenorizada para ser esclarecedora. Por vezes, bastaria mais uma palavra, dando para o efeito alguns exemplos. Verificava também, que alguma daquela informação era anterior à última Assembleia Municipal, logo, deveria ter sido apresentada na Assembleia anterior. Eram apenas sugestões que o executivo se assim o entendesse poderia melhorar.-----

Vinha referenciado no documento que tinham acompanhado jovens a assistirem ao jogo da Seleção Nacional, assim como, uma visita no âmbito do combate à desertificação. O que pretendia saber era qual tinha sido o critério para a seleção dos jovens e, se tinha havido alguma partilha de experiências. Também pretendia ser esclarecida sobre uma aquisição de serviços no âmbito dos "caminhos literários", com valor considerável, assim como, um fornecimento de instalações imobiliárias no âmbito do mesmo projeto. No âmbito da Ação Social, era referido um apoio a cidadãos deslocados da Ucrânia, pretendia ter mais alguma informação sobre o assunto, nomeadamente, quantas pessoas, que tipo de apoio e se ainda permaneciam no concelho. Quanto ao projeto "Maria", assunto recorrente em anteriores Assembleias, o documento mencionava reuniões e sessões de supervisão; pretendia saber se já tinham feito alguma reunião com este caráter, e se estavam previstas algumas atividades. Por fim, vinham mencionados pagamentos em troféus para algumas entidades, até de fora do concelho; pretendia saber se se tratavam de atividades em parceria com o município.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à crítica como eram descritas as reuniões/atividades/participações dos membros do executivo, referindo que aquela informação englobava vários serviços do município, nem sempre registados em tempo oportuno. Sempre que os Senhores Deputados Municipais tivessem dúvidas ou pretendessem mais esclarecimentos adicionais, tinham toda a liberdade para os solicitar.-----

Relativamente à viagem dos jovens para assistirem ao jogo de futebol da Seleção Nacional; o município tinha delegado nas coletividades do concelho que desenvolviam aquela atividade desportiva (Grupo Desportivo Aldeense e Casa do Povo de Montalvo) para fazerem a seleção dos jovens. Relativamente à visita no âmbito do combate à desertificação; tinha sido uma viagem organizada através da TAGUS (Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior) tendo participado; o município de Constância na pessoa do Senhor Vereador Pedro Pereira, a própria TAGUS e o Presidente da Associação de Agricultores. Relativamente aos valores do projeto "Caminhos Literários",

de momento não poderia precisar valores, no entanto, faria chegar posteriormente aquela informação. Quanto às famílias Ucrrianas, estavam duas famílias no concelho, estando uma das senhoras a trabalhar na escola. Tinham sido apoiadas na sua integração na comunidade e, até ao momento, os reportes eram positivos. Relativamente ao projeto “Maria”, não tinha havido nenhuma ação de sensibilização, não existindo de momento casos de violência doméstica, pelo menos reportados. Sobre o pagamento de troféus, nomeadamente ao CLAC (Clube de Lazer, Aventura do Entroncamento), correspondia a uma atividade de BTT que tinha decorrido na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, em parceria com o município.-----

PONTO 9 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção neste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o seguinte: Ao longo dos últimos meses, tinham-se vindo a verificar na freguesia algumas roturas nas condutas de água, para além do desperdício daquele bem, os pavimentos ficavam bastante degradados. O que pretendia questionar era, se estava previsto e para quando a recuperação daqueles pavimentos?-----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, questionando o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o seguinte: Uma vez que estava a terminar a época balnear, qual o balanço que o executivo fazia da experiência da abertura da Praia Fluvial de Constância, e de que forma é que este projeto contribuía para o desenvolvimento do concelho?-----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para apresentar duas questões; A primeira era de congratulação pelo facto de Constância poder vir a ter uma Loja do Cidadão e quais os serviços previstos para aquele espaço? A segunda questão, pretendia saber se estava prevista e para quando, a pintura do armazém em Vale de Mestre? -----

Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, para questionar o seguinte: - Sabendo que o município estava a fazer um enorme esforço financeiro para resolver o problema do saneamento, muito em particular na sede do concelho, com a construção de um novo emissário com ligação à ETARI (Estação de Tratamento de Águas Residuais e Industriais) da empresa de Celulose do Caima, e verificando que na informação financeira constava uma empreitada com a firma “Toupeira Verde”, pretendia questionar qual o ponto de situação da referida empreitada, para quando a sua conclusão e se estava tudo a decorrer com normalidade?

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões apresentadas.-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, no respeitante às danificações dos pavimentos na sua freguesia, provocados pelas roturas das condutas da água. O assunto estava sinalizado pelo executivo, aguardando apenas pelos meios previstos para fazerem uma recarga de alcatrão num espaço da Avenida das Forças Armadas em Constância, para poderem ser deslocados posteriormente para aqueles trabalhos.-----

Relativamente à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, sobre as ilações a tirar da abertura da nova Praia Fluvial de Constância, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, para além daquilo que ia lendo positivamente através da comunicação social, numa reunião tida com os comerciantes da Vila, o balanço era francamente positivo, mesmo com o constrangimento provocado pelas obras da Avenida das Forças Armadas com o escoamento do trânsito.-----

Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre a futura Loja do Cidadão e que valências estavam previstas para aquele espaço, referiu que estavam previstos os seguintes serviços: Finanças, Conservatória, Segurança Social e Espaço Cidadão, que passaria do lugar onde presentemente se encontrava para aquele espaço. A estimativa orgamental para a Loja do Cidadão, era de cerca de um milhão e cem mil euros e, teria uma comparticipação a fundo perdido de aproximadamente novecentos mil euros. Quanto à questão do armazém camarário em Vale de Mestre, era efetivamente uma necessidade premente. Estava prevista e seria contemplada nas preocupações do executivo.-----

Quanto à questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, relativamente às obras do novo emissário de esgotos, referiu que tinham surgido nesta obra dois contratempus: - O primeiro, com um conjunto de funcionários da empresa infetados com o Covid 19, obrigando a parar durante algum tempo; o segundo, com um imprevisto verificado na consistência do solo, obrigando a uma nova perfuração em maior profundidade, quando a prevista inicialmente, estava praticamente concluída. Mesmo com todos estes imprevistos, a obra estaria certamente concluída no final do ano.-----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou as Bancadas se pretendiam apresentar mais algumas questões.-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, do Partido Socialista, para questionar sobre a afetação do domínio público da Rua da Fábrica, em Constância Sul, aprovada na última Assembleia Municipal.-----

Também pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando qual o ponto de situação das obras na Avenida das Forças Armadas em Constância. Para quando a sua conclusão e, se os prazos previstos estavam a ser cumpridos? Também tinha ficado surpreendida com o corte das árvores “laranjeiras” em frente ao Jardim Horto de Camões, questionando se não teria havido uma outra alternativa? Alertou para o facto de terem secado algumas árvores junto às margens do Rio Zêzere e, a necessidade de uma nova plantação, devidamente selecionada e adequada para o efeito. Por último, continuava a ver o passeio junto à Pizaria bastante ondulado, agora bastante pior, embora já tivesse mencionado aquele assunto, na última Assembleia Municipal.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, começando por responder à Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que os prazos previstos para a conclusão das obras na Avenida das Forças Armadas estavam a ser cumpridos. Quanto ao corte das laranjeiras, tinha sido opção do executivo, criando daquela forma um espaço mais aberto. Sobre as árvores secas junto ao rio Zêzere, seriam substituídas logo que possível. Sobre o pavimento junto à Pizaria, referiu que tinha surgido um problema e, embora estivesse ainda dentro da garantia, esta não seria acionada, uma vez que a responsabilidade daquele dano tinha sido do município. Tratando-se de um espaço pedonal, não deveria ter sido utilizado por um empilhador durante a preparação das festas do concelho. Iriam promover uma nova contratação pública para a sua resolução.-----

Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, do Partido Socialista sobre a desafetação do domínio público para o domínio privado da Rua da Fábrica, em Constância Sul, referiu que o processo tinha estado em consulta pública durante trinta dias, não se tendo registado nenhuma reclamação, seguindo-se agora os tramites legais para a sua finalização.-----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para no âmbito da obra de ligação dos esgotos de Constância à ETARI do Caima e, tendo em conta os constrangimentos surgidos e já mencionados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, questionava se os mesmos tinham alguma implicação nos custos finais para o município? A segunda questão, dizia respeito à Loja do Cidadão; sendo o edifício propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Constância, pressupunha que houvesse um contrato promessa de compra

e venda. Assim, pretendia saber qual o montante a pagar pelo edifício e o modo de pagamento?-----

Pediu a palavra a Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Colligação Democrática Unitária, para apresentar duas questões: - Que informação tinha o Colligação Democrática Unitária, para apresentar sobre as questões: - Que informação tinha o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a notícia vinda a público sobre os despedimentos na fábrica TUPPERWARE em Montalvo? A segunda questão, tinha a ver com a legislação em vigor "Portaria 146/2017 de 26 de abril" respeitante à esterilização de animais errantes, muitas vezes portadores de doenças. Qual era o ponto de situação sobre o referido programa de esterilização no concelho?-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondendo à primeira questão apresentada pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Colligação Democrática Unitária, sobre os custos acrescidos para o município, motivados pela segunda perfuração de esgotos para a ETARI do Calma; pelo menos até ao momento, ao município não tinha sido apresentada qualquer alteração ao orçamento para a empreitada, no entanto, era perfeitamente normal que a empresa o viesse a fazer. Quanto à Loja do Cidadão, tinha sido feita por um perito qualificado, uma avaliação ao edifício propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Constança. A avaliação tinha sido de duzentos e cinquenta mil euros, fazendo o município uma escritura de compra e venda, pagando aquele valor durante dois anos em prestações mensais.-----

Relativamente às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Colligação Democrática Unitária, começando pela TUPPERWARE, já tinha tido a oportunidade de contactar a empresa e, naquele contacto, tinha-lhe sido comunicado que, devido ao enorme decréscimo das encomendas, fruto das preocupações ambientais com os plásticos, a empresa tinha tomado a decisão de rescindir com todos os trabalhadores temporários, reduzindo drasticamente a sua produção, mas, não estava em risco o encerramento da Fábrica. Continuariam os trabalhadores do quadro da empresa, aguardando que a situação melhorasse já a partir do próximo ano. Quanto aos animais errantes, o município já fazia a recolha daqueles animais que eram esterilizados e devolvidos. Não era uma tarefa fácil, uma vez que o número de animais naquela situação era cada vez maior. Muitos não eram considerados animais errantes, uma vez que tinham donos e eram estes que deveriam cumprir com as suas obrigações, muito em particular com a esterilização.-----

Pediu a palavra a Senhora Vice-Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Débora Raquel Machado Milagala, referindo que nos últimos dias, os funcionários da Câmara Municipal tinham efetuado uma limpeza à estrada do Tejo, entre Constança e Montalvo.

Estando o estado do pavimento daquela via, assim como dos seus acessos, bastante danificados, o que é que o município estava a pensar fazer para a resolução daquela situação?-----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o executivo tinha conhecimento que, em alguns espaços do percurso, o piso se encontrava em mau estado exigindo reparação. O município estava atento a uma eventual abertura aos fundos comunitários, através dos Ministérios da Agricultura ou do Ambiente, para que se pudesse fazer uma intervenção.-----

Pedi novamente a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que sobre o assunto dos animais errantes e a sua esterilização, conhecia alguns casos na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, dando como exemplo uma senhora que possuía uma grande quantidade de gatos, alguns esterilizados, no entanto, cada dia que passava, outros não sendo dela se juntavam para efeitos de alimentação. Era um assunto crítico e difícil de gerir, ao qual o município deveria tentar dar uma resposta.-----

Tomou novamente a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que os proprietários dos animais eram responsáveis pela sua legalização “chip, vacina e licença” e as Juntas de Freguesia tinham que estar sensibilizadas para o efeito.-----

Pedi a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, de quantos cães e gatos estavam licenciados na Freguesia?-----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia respondeu que na Freguesia estava apenas licenciado um gato. O número de cães não sabia de momento, podendo posteriormente fornecer aquela informação. A Junta de Freguesia tinha feito há pouco tempo uma informação à população, dirigida aos proprietários de cães e gatos com licenças em atraso e outros, no sentido de os sensibilizar para o efeito.-----

Voltou a usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que o assunto dos animais errantes era efetivamente um grande problema, não só no concelho de Constância como no resto do país e, teriam que ser estudadas e tomadas outras medidas.-----

Voltou a pedir a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, e, dirigindo-se diretamente ao Senhor Presidente Câmara Municipal, questionou para quando o pedido de desculpas prometido por este, relativo ao estudo sobre o “Aeroporto de Tancos”.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, referindo que o dito pedido de

A Mesa da Assembleia Municipal,

da Assembleia Municipal.-----
Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa
na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal.-----
encerrada a sessão pelas, vinte e três horas e quatro minutos. A presente Ata foi redigida,
E não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal declarou

-----ENCERRAMENTO-----

possam produzir efeitos imediatos.-----
unanimidade, aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nela constantes
barras dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por
Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

colocou a votação.-----
Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, que em seguida,
Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à
possua qualquer prova documental para apresentar.-----
um estudo sobre a localização do novo Aeroporto, em Santarém. No entanto, também não
aberto. Aproveitou para informar, que tinha sido apresentado na CIMT pelos promotores,
se tinha apercibido que o documento constava numa plataforma digital que não tinha
desculpas tinha sido feito por escrito e dirigido a todos os Deputados Municipais, quando

Anexo I

Dia Internacional do Idoso

Voto de saudação

“Dia 1 de outubro, dia internacional do idoso, instituído em 1991 pela Organização das Nações Unidas (ONU), tem como objetivo sensibilizar a sociedade para questões do envelhecimento e da necessidade de proteger, cuidar e respeitar a população mais idosa. Em 2050, o mundo terá 2 biliões de pessoas com mais de 60 anos e consideradas idosas. Nesta altura, haverá mais cidadãos na terceira idade que crianças a viver no planeta “segundo previsões das Nações Unidas”-----

De acordo com dados da Eurostat, Portugal será um dos países da União Europeia com maior percentagem de idosos e menor percentagem de população ativa.-----

É, igualmente previsível, que no ano de 2050, um terço da população portuguesa será idosa e, cerca de um milhão terão mais de 80 anos.-----

É, um facto visível, o envelhecimento rápido da população no Concelho de Constância a partir dos anos 80, resultante do aumento da esperança de vida, diminuição da natalidade e migração para grandes centros urbanos.-----

Deste modo, e em face do exposto, vem a bancada do Partido Socialista nesta sessão da Assembleia Municipal, saudar o Município de Constância por:-----

1 – Consciente e ativamente, promover uma política de inserção social, no âmbito do acesso à cultura, ao desporto, ao lazer e ao convívio, estimulando a energia e aproveitando o saber dos idosos;-----

2 – Saudar as Juntas de Freguesia do Município de Constância, pelo apoio diário prestado ao longo do ano aos mais idosos, promovendo as mais diversas atividades e desta forma, ajudar a combater a solidão, promovendo o envelhecimento ativo;-----

3 – Saudar a importância das Universidades Seniores, pelo papel que desempenham na valorização deste grupo etário, através da partilha de conhecimentos e saberes;-----

4 – Saudar o Executivo Municipal e os seus colaboradores, pela atitude digna, resiliente, afetuosa e solidária para com os cidadãos seniores do seu concelho, comprometendo-se sempre a futuras mudanças necessárias, que promovam o envelhecimento saudável;-----

5 – Saudamos igualmente todos os idosos do Concelho de Constância, manifestando a mais viva solidariedade.-----

Neste sentido, a bancada do Partido Socialista, propõe que a Assembleia Municipal de Constância, reunida em 30 de setembro de 2022, aprove este voto de saudação, e dele dê

conhecimento público.-----
Constância, 30 de setembro de 2022-----
A Bancada do Partido Socialista "-----



Anexo II

Bancada da Coligação Democrática Unitária

DECLARAÇÃO DE VOTO

Requalificação do espaço público

Adjudicação de empréstimo

“A proposta de adjudicação de empréstimo com vista à requalificação do espaço público envolvente à antiga escola primária, aqui hoje apresentada a esta Assembleia, padece, como muitos outros documentos, de falta de informação para esta Assembleia poder decidir com rigor. -----Numa área de intervenção que podemos classificar de reduzida os documentos não nos explicam do que se trata a fase 1 e a fase 2!.-----
Julgamos saber que numa destas fases estará incluída a obra de alargamento do cemitério, com o qual concordamos, mas nos documentos apresentados não é feita qualquer referência.-----
Não é dado conhecimento a esta Assembleia do custo de cada uma das fases e se efetivamente uma delas corresponde ao cemitério e outra ao arranjo do espaço em causa. Num investimento total inicial de 278.048,01€ a realização de um empréstimo no valor de 215.223,34€ corresponde a 77,50% parece-nos excessivo.-----
Para além do atrás referido, o facto da conjuntura económica se apresentar altamente desfavorável, com os juros a subirem exponencialmente, não se tratar de uma obra de realização urgente (arranjo do espaço envolvente à antiga escola primária) e de nos últimos tempos a sede do concelho ser contemplada com um conjunto de investimentos avultados, ao contrário das restantes freguesias, leva-nos a optar pela abstenção.-----
Os eleitos da CDU.-----
Constância, 30 de Setembro de 2022 “-----

-----0,25%-----
 a empresas de telecomunicações concordamos com a aplicação da taxa máxima de
 Quanto à aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, aplicada essencialmente

 Pelas razões invocadas o voto é favorável.-----

 beneficie os rendimentos provenientes do trabalho.-----

 estado central não vimos, ano após ano, qualquer tomada de medida relevante que
 forma desigual de conselho para conselho quando, na parte dos 95% arrecadados pelo
 de 5%, entendem os eleitos da CDU que o seu desagravamento não deve ser feito de
 Quanto à participação do IRS, em que aos municípios é apenas atribuída uma participação
 Em face do exposto o sentido de voto é a abstenção.-----

 município.-----
 para o município e um incentivo importante à dinamização do sector económico do
 negócio iguais ou inferiores a 500.000€, o que representaria uma receita pouco significativa
 do conselho, pensamos que a proposta deveria contemplar a isenção para volumes de
 manutenção da esmagadora maioria do emprego contribuindo ainda para a coesão social
 Quanto às micro, pequenas e médias empresas, que são fundamentais para a criação e
 ao lucro tributável e não isento de IRC para as grandes empresas.-----
 Relativamente à Derrama concordamos com a aplicação da taxa máxima com referência
 Tendo em conta o exposto o voto da CDU é favorável.-----

 quando o IMI apenas é pago por alguns e a água e resíduos são pagos por todos.-----

 que afirma que esta redução vai ser compensada pela subida do preço da água e resíduos,
 Também não podemos acompanhar as declarações do Senhor Presidente da Câmara em
 proposta de redução de apenas uma ou duas décimas apelidando-a de demagógica.-----
 anterior, em que a Câmara dispunha de melhores condições financeiras, rejeitou a
 Contudo não podemos de referir o contra-senso do executivo municipal, quando no ano
 uma medida justa num imposto que sempre foi injusto.-----

 "A CDU congratula-se com a redução do IMI em 5 décimas, de 3,5 para 3, considerando

Política Fiscal para o ano de 2023 – IMI, Derrama, IRS e TMDP

Declaração de voto

Bancada da Coligação Democrática Unitária

Anexo III

Para terminar, sabemos que a dependência do orçamento municipal em 70% do orçamento do estado obriga à manutenção dos valores agora propostos mas, também todos sabem que, uma aposta mais incisiva na procura de instalação de empresas e por conseguinte na fixação de pessoas será sempre a solução para a redução de impostos e rentabilização dos equipamentos municipais.-----
Os eleitos da CDU.-----
Constância, 30 de Setembro de 2022”.-----

